



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Praça Fausto Cardoso, 112 - Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes - Bairro Centro - Aracaju - SE - CEP 49010080 - www.tjse.jus.br

### CONVÊNIO Nº 37/2019

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**, doravante denominado TJ/SE, situado na Praça Fausto Cardoso, nº 112, Centro, Aracaju/SE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.166.970/0001-03, doravante denominado **TJSE**, representado neste ato pelo seu Presidente, Desembargador **OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO** e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima S/N, Bairro Cambéba, CEP: 60822-325, doravante denominado **TJ/CE**, neste ato representado pelo seu Presidente Desembargador **WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, nos termos do **Parecer Jurídico nº 584/2019, Processo Administrativo 0024001-24.2019.8.25.8825**, e no art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como nas demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer a mútua cooperação técnica entre o TJ/SE e o TJ/CE para a troca de informações, conhecimentos, metodologias, arquivos e realização de visitas técnicas que possam auxiliar na implantação do Escritório de Processos e do Escritório de Projetos no âmbito do TJ/SE, com a finalidade de gerenciar e otimizar os Processos de trabalho existentes na estrutura deste Poder, bem como ganhar eficiência na execução dos Projetos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

##### 2.1 Compete ao TJ/SE:

- designar servidores para serem qualificados acerca das ferramentas necessárias para implantação dos Escritórios de Processos e de Projetos;
- estabelecer cronograma de atividades para implantação do projeto;
- disponibilizar salas e/ou auditórios para realização de reuniões, palestras e eventos;
- disponibilizar laboratório de informática para treinamentos;
- compartilhar informações, conhecimentos, metodologias e arquivos sobre os assuntos relacionados a Gestão Por Processos e Gerenciamento de Projetos;
- indicar um Gestor e um Servidor para serem os pontos focais para dirimir as dúvidas e acompanhar o andamento dos trabalhos advindos da cooperação técnica.

## 2.2 Compete ao TJ/CE:

- a) compartilhar informações, conhecimentos, metodologias e arquivos sobre os assuntos relacionados a Gestão Por Processos e Gerenciamento de Projetos;
- b) estabelecer cronograma de estudos, avaliações e difusão de informações;
- c) disponibilizar servidores para realizar treinamentos com os servidores do TJ/SE diretamente envolvidos com o projeto;
- d) prestar os auxílios necessários quando solicitado pelo TJ/SE;
- e) indicar um Gestor e um Servidor para serem os pontos focais para dirimir as dúvidas e acompanhar o andamento dos trabalhos advindos da cooperação técnica.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo é celebrado a título oneroso, devendo o TJ/SE arcar com as despesas ocasionadas pelo deslocamento, hospedagem e alimentação de servidor indicado pelo TJ/CE, bem como outras despesas porventura existentes relacionadas ao objeto do presente Termo. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Termo de Cooperação Técnica. Os serviços decorrentes do presente termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por prazo igual ou inferior, mediante manifestação de qualquer um dos cooperados e concordância do outro.

## CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Os Cooperados providenciarão a publicação do extrato do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nos seus respectivos órgãos de comunicação oficial.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

## CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

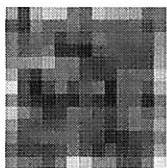
Os Cooperados elegem o Foro da Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas no âmbito administrativo.

  
**Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

  
**Desembargador OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



Documento assinado eletronicamente por **OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO**, Presidente do **Tribunal de Justiça de Sergipe**, em 10/01/2020, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjse.jus.br/autenticacao-de-documentos> informando o código verificador **0860336** e o código CRC **A33CBA1D**.

0024001-24.2019.8.25.8825 - PRES/GABPRES/CONGER/CONLIC

*"Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente"*

0860336v7